

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de março de 2021. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária, convocada para apreciarmos a seguinte matéria: Requerimento de Urgência nº 9.717/2021, do deputado Rosemberg Lula Pinto, que requer urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 24.104/2021, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A., com a garantia da União, e dá outras providências.

Srs. Deputados, existe aqui sobre a mesa um requerimento. (Lê) “*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do estado da Bahia*

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

O Requerimento de Urgência nº 9.717/2021 referente ao Projeto de Lei nº 24.104/2021 de autoria do Poder Executivo que Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A., com a garantia da União, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 15 de março de 2021.

Rosemberg Lula Pinto

Líder da Maioria”.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente. Não há orador.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde, Sr. Presidente e demais deputados e deputadas, venho utilizar este tempo da representação partidária, Sr. Presidente, para tratar de algumas questões muito rapidamente, já que o nosso tempo é exíguo.

Primeiro, não podemos deixar de marcar, Sr. Presidente, que ontem completamos 3 anos do brutal assassinato de Marielle Franco e de Anderson Gomes.

Três anos de imortalidade, já que este mês, especialmente, evidencia o quanto Marielle Franco se transformou numa referência nacional e internacional. Eventos por todo o país e por todo o mundo marcam o posicionamento ativo da humanidade em relação à defesa dos direitos humanos, das comunidades, das populações mais vulneráveis, que eram os segmentos tão brilhantemente representados pela companheira Marielle Franco.

Depois desses 3 anos, ainda permanece a grande dúvida: quem mandou matar Marielle Franco? Quais objetivos, quais interesses estiveram por trás daquele brutal assassinato?

Para nós é muito importante que Marielle receba todas essas homenagens, que o fato seja lembrado. Mas precisamos entender que fazer justiça em relação a essa situação é responder a essas duas perguntas que permanecem completamente ausentes de respostas por parte das investigações.

Então, Marielle, presente! Hoje e sempre. E nós no campo de batalha, pelo Brasil e pelo mundo, ressaltando a necessidade de que se faça, de fato, justiça a Marielle Franco.

Sr. Presidente, queríamos fazer uma referência também aos debates e à perspectiva de retomada do ano letivo no estado da Bahia. Para nós a situação é muito difícil, porque a análise que a categoria tem feito em relação ao protocolo proposto pelo governo do estado mostra uma inconsistência muito grande.

Nós não conseguimos enxergar, na aplicação desse protocolo, a perspectiva de haver uma reposição em relação à perda tida em 2020. O protocolo precisaria apontar algum nível de reparação dessa perda não apenas em 2021, mas apontar a médio e longo prazos, porque a reparação dessas perdas vai ter de ser assim. E o que percebemos é uma superficialidade muito grande materializada, especialmente, no

questo acessibilidade. A Bahia não vai conseguir garantir acessibilidade se for esse o protocolo implementado pelo governo do estado.

Em alguns estados, como o Espírito Santo, o governo aprovou um recurso que está sendo depositado na conta dos educadores para que eles possam, minimamente, comprar um notebook. Outros estados já estão implementando uma banda larga que seja estendida para o conjunto da comunidade. E aqui na Bahia o quesito acessibilidade é esquecido no protocolo do governo do estado.

Ou seja, nós poderemos ter um prejuízo fenomenal para a comunidade estudantil, no sentido de que isso se materialize, primeiro, numa reprovação em massa, já que todos os estudantes vão passar de um ano para o outro num processo tão precarizado. Eles vão ter um avanço de um ano numa espécie de aprovação automática. Será uma situação absurda se não for acompanhada de muita qualificação, mas o protocolo, infelizmente, não está garantindo isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Só para concluir, Sr. Presidente.

Ele tem imposto uma verdadeira tortura psicológica para a categoria de educadores e educadoras, que tem compromisso com a educação e está percebendo que, mesmo produzindo alternativas, mesmo produzindo conteúdo, esse conteúdo não vai ser trabalhado com a comunidade estudantil.

Nós podemos estar às vésperas de criar toda uma geração que passará por uma reprovação em massa. E o que é pior: essa reprovação em massa poderá produzir, em um momento subsequente, um estímulo para a expulsão/abandono do espaço escolar.

Então nós precisamos discutir de maneira profunda o que vai ser esse protocolo, especialmente, Sr. Presidente, no quesito acessibilidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, antes de passar a palavra para o próximo orador, eu queria dizer aos que me ouvem nesta tarde que hoje, consultando os membros da Mesa Diretora e os líderes da Maioria e da Oposição, de forma virtual, como o momento recomenda, todos eles – menos o deputado Prisco, que acha que a Assembleia deve funcionar de uma forma não totalmente aberta, mas os gabinetes – foram favoráveis a que ainda permanecêssemos fechados, obedecendo o decreto de restrição do governador e do prefeito Bruno Reis.

Então eu queria dizer a todos vocês que foi renovado o decreto, mas ouvimos toda a Mesa Diretora, para não tomar medida unilateral, sozinho. Portanto, essas decisões sobre a continuação das restrições aqui na Assembleia foram divididas. Pedimos a Deus que voltemos a ter, o mais rapidamente possível – não de forma total, porque ainda vai demorar –, o funcionamento desta Casa, que eu acredito que é o desejo de todos.

Então, concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar o orador do PP, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, boa tarde a todos os colegas deputados e deputadas. Olha bem, eu conversei a priori com o deputado Sandro Régis para que usássemos apenas os últimos tempos. Queria que V. Ex.^a conferisse se está combinado, porque aí eu só usaria o último tempo. Até porque, Sr. Presidente, realmente a situação está muito difícil hoje. Acabamos de perder o vereador Zé Carlos, da cidade de Dias d'Ávila. Além de vereador, ele era esposo da ex-prefeita Juçara.

A pandemia, que tem aumentado bastante, tem deixado muita gente apreensiva. E a nossa preocupação é também com os servidores que ficam aí ao redor de V. Ex.^a, Sr. Presidente. Então, se pudermos fazer com que as coisas aconteçam com maior brevidade, se o deputado Sandro Régis confirmar, usaremos apenas os dois últimos tempos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Falei com o deputado Sandro Régis, ele me ligou mais cedo. Compreendo o que ele fala, sei que o que aconteceu com Zé Carlos, que era o “primeiro-damo” do município de Camaçari, aliás, de Dias d'Ávila. Não o conheci, mas sei que era um cara muito querido e amigo do deputado Rosemberg.

Mas hoje é um dia um pouco diferente, já que iremos votar um projeto bastante polêmico para a Oposição. Então eu queria, data venia, pedir a V. Ex.^a para usar todos os tempos e horários partidários da Oposição. Até porque todos os deputados já se pronunciaram aqui no grupo pedindo a possibilidade de usar a palavra, e eu, como líder, não posso me furtar de concedê-la aos meus colegas de bancada.

Data venia, repito, peço ao presidente e ao líder Rosemberg, tendo em vista que teremos a votação desse requerimento de urgência e a Oposição necessita usar seu tempo regimental, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k. Então, presidente, por todo o tempo usará da palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes): O deputado Robinson usará todo o tempo do PP. É isso, Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Isso.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes): Por 12 minutos, o deputado Robinson Almeida. (Pausa) O deputado Robinson não consegue entrar?

(O Sr. Ernâni Romeo: Por enquanto, não.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, o deputado Robinson não consegue entrar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: E a deputada Olívia pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Robinson está...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então voltamos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Consegue agora, Robinson?

Bom, a deputada Fátima por 6 minutos. Depois Robinson entra, já que ele ainda está andando.

A deputada Fátima está sem microfone. Consegue entrar, Robinson? Deputado Robinson, me ouve?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, com licença?

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pois não, presidente?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ele já entrou.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é um prazer falar nesta sessão, desejando a todos os colegas que estejam em plena saúde durante esta terrível pandemia.

Quero fazer aqui um reconhecimento público do esforço que esta Casa tem feito neste período para colaborar com as atitudes que têm sido lideradas no estado pelo nosso governador Rui Costa.

E devo destacar, Sr. Presidente, um acontecimento muito importante que o Brasil viveu na semana passada, que foi a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin de acatar um pedido de habeas corpus da defesa do ex-presidente Lula, para que fossem retirados da vara de Curitiba, de 1ª instância, todos os processos e julgamentos que o envolviam.

Essa decisão causou um verdadeiro terremoto, um tsunami no mundo jurídico e político do sistema brasileiro, com repercussões muito intensas para a vida nacional.

Em primeiro lugar, porque é o reconhecimento da Suprema Corte da tese defendida pelo presidente em sua defesa desde 2015, ou seja, que a vara de Curitiba não era a adequada para o julgamento dos processos movidos contra ele, porque não havia uma ligação direta de causa e efeito da acusação erroneamente atribuída a ele como crime. Que era ter recebido um apartamento como parte de uma suposta propina por ter beneficiado a empresa OAS num contrato da Petrobras. E a naturalidade do julgamento tem de ser dada para o juiz que estaria no território onde o suposto crime teria acontecido; nesse caso, seria no território da Justiça de Brasília.

Essa tese foi apresentada em 2015, mas nunca tinha sido acatada. Agora, felizmente, o Edson Fachin entendeu que a defesa estava correta e concedeu o habeas corpus. E isso teve como corolário, como consequência a habilitação do presidente Lula para disputar a eleição presidencial, o que transformou completamente o ambiente político no país, porque o presidente Lula, em entrevista coletiva, fez um discurso memorável, histórico, colocando os pingos nos is da política brasileira. Desnudou completamente o que é esse governo incompetente do presidente Bolsonaro, a sua forma trágica de conduzir o país neste momento de aguda crise sanitária, responsável que é pelo desmando que o Brasil tem vivido nessa área, e todas as repercussões com a perda de mais de 280 mil vidas. Além disso, os imensos problemas na área de saúde e na economia brasileira.

O presidente Lula se colocou como estadista, fazendo a defesa da vacina, da ciência, não negando a política e dando uma aula pública. Creio até que o presidente

Bolsonaro deve ter acompanhado, porque não é à toa que ele tomou algumas medidas que todo mundo falava, e ninguém o via atender. Depois da fala do presidente Lula, ele aparece de máscara e toma a posição de provocar a substituição do ministro da Saúde, que é testa de ferro na condução da sua política genocida, na medida em que, hoje, é o principal acusado de o Brasil liderar, entre todos os países do mundo, os piores indicadores em ascensão da segunda onda da pandemia.

Portanto, o Brasil começou a respirar um vento novo, um vento de esperança, um vento libertador, um vento que tira da nossa garganta, que tira do nosso peito a angústia de ser dirigido – um país desta dimensão, um país do tamanho, da importância do Brasil – por um incompetente presidente, que só pensa em destruir tudo que foi construído em décadas, em séculos, pelo trabalho do povo brasileiro.

Isso tem redesenhado o cenário político brasileiro. E creio que o Supremo deva confirmar a tese do ministro Fachin, colocando o presidente Lula no lugar de onde nunca deveria ter saído, de inocente e livre para disputar as eleições. Caso não tivesse sido interditado na eleição passada, certamente aquela cadeira não estaria ocupada pelo presidente Bolsonaro. Estaria sentado ali um estadista à altura do nosso país, à altura de qualquer nação desenvolvida do mundo, e o Brasil não estaria passando, principalmente o povo brasileiro, pelas dificuldades por que passa hoje.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também ressaltar um fato muito importante e extraordinário acontecido na semana passada aqui na Bahia, que foi a decisão do governador Rui Costa, liderando os governadores da Região Nordeste, de comprar 37 milhões de doses de vacina de laboratórios da Rússia.

Isso significa que a Bahia e o Nordeste brasileiro estão dando uma contribuição inestimável para a superação da pandemia em nosso país. E vejam a grandeza da atitude do governador Rui Costa e dos governadores do Nordeste. Eles poderiam, num ato de mesquinha, adotar o lema da “farinha pouca, meu pirão primeiro”. As vacinas compradas não farão parte do plano nacional de vacinação e serão destinadas, exclusivamente, às populações que moram nos estados compradores.

Diferente dessa posição, os governadores incluíram essas 37 milhões de doses no plano nacional de vacinação. Isso possibilita ao Brasil agregar, à sua compra já efetuada, quase metade do que estava previsto para chegar até o mês de julho. Então, o Brasil vai dobrar, nos próximos 4 meses, a oferta de vacinas para o povo brasileiro com essa atitude republicana, melhor, essa atitude de extrema grandeza dos governadores do Nordeste, liderados pelo governador da Bahia, Rui Costa.

Então, eu, realmente, tenho essa decisão do governador. Esse seu empenho não é de agora. Se todos acompanharam aí, o governador é um obstinado em superar os problemas da pandemia, porque ele já está, há meses, lutando para o Supremo autorizar a compra da vacina Sputnik V, e fez os pré-contatos para poder garantir agora, quando a lei autorizasse, os estados pudessem comprar diretamente junto ao fornecedor internacional.

Então, diferente da falta de planejamento, da falta de preparação do Brasil com a pandemia, o governador Rui Costa deu um show de bola em todos os capítulos referentes às atitudes para controlar a evolução desta terrível crise sanitária. E, no caso

da vacinação, tem que ser ressaltado, porque 37 milhões de doses significam que quase 20 milhões de brasileiros serão imunizados, serão protegidos deste terrível vírus por conta de uma atitude tempestiva, pensada já no momento adequado e materializada agora, neste período.

Eu quero parabenizar o governador Rui Costa, estendendo o cumprimento a todos os governadores do Nordeste, pelas atitudes altruístas de estender esta vacina a todo o povo brasileiro; fazer o que o Ministério da Saúde não tem feito no último período, que é arranjar, negociar, viabilizar novos fornecedores de vacina. Não tem jeito! Todos nós sabemos que só vamos superar a crise sanitária, minimizar os seus efeitos na vida, na saúde das pessoas e na economia quando nós tivermos 60%, 70% da população vacinada.

O governador Rui Costa tomou uma atitude digna de um estadista, de alguém que olha o Brasil, de alguém que tem o compromisso maior com a vida das pessoas acima de qualquer questão particular. Quanto a isso, nós já tínhamos testemunhado na sua liderança, aqui, com os prefeitos, com a parceria administrativa na capital e no interior para que as medidas fossem tomadas de forma tempestiva.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Por isso, fica o meu registro, aqui, por essa atitude digna de aplauso do Poder Legislativo ao governador Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Robinson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, me escuta?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falará o deputado Carlos Geilson por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, ouve bem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, começo a minha fala observando um projeto dessa magnitude, quando o governo manda esta Casa tomar um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão. E fazemos isso em uma sessão remota, em uma sessão virtual que em nada retrata a importância de um projeto deste que está em debate.

Entendo, perfeitamente, a posição do presidente que, de forma democrática, ouviu a Mesa Diretora, embora ele tenha o seu ponto de vista também. Mas, mesmo respaldado pela posição da Mesa Diretora, este é um projeto para ser discutido numa

sessão presencial, mesmo em uma sessão que fosse feita com todos os cuidados, que fosse apenas essa sessão.

Mas uma sessão onde o governo do Estado tenta amealhar a quantia de R\$ 1,5 bilhão, eu vejo que é uma sessão... não é de faz de contas, porque tem muita seriedade. Sei que a condução do presidente é lastreada da boa-fé. Mas é inaceitável, do ponto de vista como cidadão, que estejamos aqui, de forma remota e de forma virtual, a discutir um projeto deste tão importante, que vai impactar nas contas do Estado para os próximos anos.

Na semana passada, aprovamos um projeto que deu direito à Embasa conseguir no mercado R\$ 500 milhões. Nem descansamos, nem respiramos, eu diria que, hoje, já estamos às voltas com este projeto do governo. E o governo quer que se vote a toque de caixa.

Nós, da Oposição, independente de entrarmos no mérito do valor, onde ele será aplicado, não é um projeto para ser votado de forma urgente. Ele é para ser votado depois de um exaustivo debate, onde a população baiana, que vai pagar este empréstimo, saiba onde este dinheiro será aplicado; amiúde, para onde este recurso será destinado.

Então é numa sessão como esta, onde o deputado está em sua casa, no seu sofá, de chinelo, de camiseta, à vontade, que ele vai dizer sim?

Eu queria olhar no semblante dos colegas da Bancada do Governo. Eu queria ser convencido pelo líder da Maioria, o deputado Rosemberg Pinto, da importância deste projeto. Eu queria questioná-lo: onde ele será aplicado? Quais serão as cidades beneficiadas? Qual a importância desta pressa e deste açodamento para um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão?

Ora, no próximo ano, nós teremos eleição para governador do estado. E, no ano que antecede esse pleito, o governador manda para a Casa um pedido de empréstimo de R\$ 1,5 bilhão. O que mais ainda nos preocupa é o rolo compressor do governo. Nós não teremos como esmiuçar, como nos debruçar *ipsis litteris* neste projeto para conscientizar a sociedade baiana.

Aqui não vai, e eu jamais faria isso, alguma ilação de que este valor será aplicado para algum outro interesse que não seja o de beneficiar o estado.

Mas quando ainda nós temos problemas no estado que estão sem respostas, a exemplo do dinheiro dos respiradores, dinheiro esse que ainda não voltou para os cofres do estado, para o Erário do estado, nós agora temos este enfrentamento desta forma remota e virtual.

Eu serei um eterno contestador deste tipo de sessão. É muito cômodo. Estou na minha casa, agora, sentado na poltrona, falando o que penso. Mas eu não estou vendo, não estou enxergando os nossos colegas de governo! E é isso que me incomoda.

Nós vamos votar contra a urgência deste projeto. Quero ser consciente de que tomei a posição mais adequada neste momento, independentemente de estar investido na figura de um parlamentar de oposição, que nós votamos e votaremos, de forma acertada, a favor dos anseios da população.

Mas, notadamente, o requerimento de urgência não pode passar, e vamos lutar para ele não ser aprovado.

Quanto à questão da educação, o deputado Paulo Câmara tem sido muito feliz quando aborda esse tema; o deputado Hilton Coelho também no seu discurso inicial, ambos falaram da volta às aulas. Mas vamos partir para um faz de conta. As aulas estão voltando agora no momento mais crítico da pandemia. Isso mostra que a nossa política foi totalmente equivocada. Até o meio do ano, o ano de 2020, tivemos um ano escolar diferente e devemos complementar durante o segundo semestre deste ano de 2021.

Na verdade, as crianças não vão aprender nada! É um faz de conta, é passar de ano sem conhecimento de assuntos que vão ser ministrados de forma *en passant*, muito rapidamente, sem um aprofundamento. O ensino público já é ruim, já é deficitário. A Bahia amarga a posição lastimável no Ideb. E voltar às aulas agora, neste momento da pandemia mais crucial, mais crítico? Por quê? Nós não tivemos aulas durante o ano passado. Por que não tivemos aula no segundo semestre de 2020?

Agora, o governo acossado, mostra não ter uma política adremente programada para este enfrentamento e parte para o que nós já estávamos gritando lá atrás, o que a Bancada da Oposição já vinha reivindicando lá atrás.

O prejuízo, senhores e senhoras, aqueles que nos escutam e nos ouvem pelo canal *TV Assembleia*, é um prejuízo irreparável que nós vamos levar décadas e décadas sem conseguir ter a nossa educação planeada, serenada nessa questão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON: Eu quero concluir, e queria até mais tempo para concluir. Eu não sei qual é o tempo, Sr. Presidente. São só 30 segundos?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bem, 10 minutos já passaram.

O Sr. CARLOS GEILSON: Já se passaram 10 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Passaram 10, não. Seu tempo é de 10 minutos.

Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON: Para concluir, Sr. Presidente, deixo a minha posição, qual seja, este projeto não deve ser votado numa sessão remota, numa sessão virtual. Vou defender exaustivamente que um projeto desta importância deveria V. Ex.^a, com o apoio da Mesa, se assim conseguisse, convocar uma sessão presencial para que pudéssemos analisar e, se fosse o caso, aprovar o projeto.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Carlos Geilson, compreendo. Mas até o Senado Federal está votando projetos importantíssimos e muito maiores do que este para o Brasil, e está funcionando de forma remota em virtude da tragédia que o Brasil, a Bahia e o mundo atravessam.

Então respeito a posição de V. Ex.^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, 6 minutos, a deputada Fátima; e 6 minutos, a deputada Olívia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Para iniciar, por 6 minutos, a deputada Fátima.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, neste ano de 2021, exatamente hoje, no dia 15 de março de 2021, completando um ano do decreto que nos colocou dentro de casa, em isolamento social, mas trabalho dobrado remotamente.

Eu quero, nesta oportunidade, saudar todas as mulheres neste Março Mulher, neste 8 de março. E, nesse mesmo dia 8 de março, nós recebemos a notícia que não poderia ser melhor, não tinha uma outra para ser melhor do que a anulação daquelas sentenças, que jamais deveriam ter existido, que condenaram o presidente Lula. E, por isso mesmo, ele penou 580 dias naquele lugar tão cruel.

Mas ele, nunca, deixou que a mágoa, o ódio e a tristeza tomassem conta do seu coração. Muito pelo contrário, ele, sempre, nos ajudou a estar vivos, são e motivados para continuar a luta pela democracia para que o Brasil pudesse sair deste caos que começou a acontecer com a retirada dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras desde o *impeachment* da presidenta Dilma.

Então, nesse 8 de março, a gente saúda todas as mulheres corajosas que se mantiveram firmes naquela vigília de 580 dias, dando um bom-dia, um boa-tarde, um boa-noite para o presidente Lula, até chegar o momento de hoje, em que ele se torna elegível.

E, com seu pronunciamento sempre corajoso, animador, motivador da esperança, ele faz uma ação que jamais outro poderia fazer. Ele obrigou este governo do Brasil que, até o presente momento, havia negado e havia tomado atitudes insensatas, atitudes cruéis contra o povo brasileiro com o negacionismo, com a falta de preparo, com a falta de busca de condições de saúde para o nosso povo.

O atual presidente, no dia de ontem, foi obrigado a usar a máscara, foi obrigado a dizer que agora é a favor da vacina. E foi obrigado, inclusive, a ver que seu ministro da Saúde, que até agora não tinha feito nada pela saúde, pedir licença, pedir exoneração e pegar o caminho de casa, porque quem não sabe cuidar da saúde jamais poderia estar ocupando aquele lugar.

E a gente tem de continuar nesta batalha, nesta luta, porque o nosso desejo e o nosso grito de guerra são: por vacina já, por auxílio emergencial para a economia funcionar, para os supermercados terem clientes.

Este desequilíbrio na economia elevou, consideravelmente, os preços dos combustíveis, incluindo o gás de cozinha, o preço dos alimentos, deixando as pessoas no risco de ou morrer do vírus por conta da doença que agora se acumulou nesta segunda onda no Brasil, cresceu consideravelmente, ou morrer pela falta de alimentos.

Digo isso porque, com esses preços altos e sem nenhuma ajuda do governo, o que farão as mulheres que são diaristas, feirantes, ambulantes? O que farão as famílias que vivem do trabalho desse pai ou dessa mãe que enfrenta o dia a dia, muitas vezes, no Uber, no táxi, sem nenhuma garantia e sem nenhum direito? Mas é com esse trabalho que eles levam para casa o pão de cada dia.

Então, a gente não pode, neste momento de sessões, nestas sessões que acontecem remotamente, deixar de fazer o uso da palavra para que as pessoas percebam que os trabalhos dos deputados estaduais e das deputadas estaduais presentes, votando nos projetos que o nosso governador Rui Costa manda à Assembleia, porque é com este nosso voto que a gente garante que o nosso governador possa, o que tem feito com todo empenho, com todo esforço, garantir condições de vida para o nosso povo. Salvar vidas, essa foi a primeira atitude do nosso governador.

E, aí, eu quero dizer, também, reiterar até as palavras do deputado Robinson Almeida, porque, há pouco, fazia o uso da palavra, desta satisfação com este empenho do governador que, através do Consórcio do Nordeste, a gente já se prepara para ver chegarem 37 milhões de vacinas, e destas, quase 10 milhões para a nossa Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Estou aqui ao lado de minha centenária mãe, que recebeu a primeira dose, e a gente está se preparando para a segunda. E eu, que já tenho 67 anos, me preparando para chegar a minha vez, para poder ficar mais livre. Mas não basta só para uma pessoa. Nós queremos vacina já para todos e o auxílio emergencial para que a gente tenha pão em todas as mesas, e o direito de se alimentar. E os *tablets* nas mãos dos estudantes para as plataformas da educação poderem ser acessadas e os nossos alunos estudarem.

Muito obrigada, presidente, pela sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, a deputada Olívia pelo tempo de 6 minutos.

A Sr.^a OLIVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, eu quero saudar todas e todos, desejar muita proteção e muita saúde para cada uma e cada um de vocês, colegas. Quero aqui inicialmente saudar essa iniciativa importantíssima, liderada pelo governador Rui Costa, que é a compra de 39 milhões, deputado Robinson, de doses. V. Ex.^a me parece que se referiu a 37 milhões; e são 39 milhões de doses da vacina Sputnik. Uma articulação feita pelo governo da Bahia, e que contou com a adesão, a atuação firme do conjunto dos governadores do Nordeste, que só tem dado alegrias ao seu povo.

Quero lembrar que o Nordeste foi a região que disse “não” a esse presidente genocida, irresponsável, que estabelece uma negligência letal em relação ao seu povo jamais vista no mundo inteiro. O mundo assiste espantado à Presidência da República do Brasil ser conivente, trabalhar em favor do vírus.

Ontem, teve mais uma manifestação desse movimento dos desatinados, daqueles que não têm coração – parece que têm pedra no lugar do coração. Mesmo morrendo gente do lado deles, eles não conseguem ter empatia, eles não conseguem se sensibilizar. Até o deputado que entrou com um projeto para flexibilizar que a vacina só seja tomada por quem quer acabou morrendo de Covid. Diversos influenciadores digitais do lado deles também já morreram, pegando aglomeração, andando sem máscara. E é impressionante esse grau de fanatismo neofascista que nós estamos vendo acontecer no Brasil, lamentavelmente.

Nós poderíamos ter muito menos mortes se tivéssemos um presidente decente. Com um presidente como Lula, a gente não estaria onde está. Se tivéssemos Flávio Dino, certamente, com certeza, também não estaríamos assim. O Brasil seria referência no controle da pandemia. E não adianta fazer carga, porque é uma carga desonesta, organizar, chamar comerciantes desesperados, porque o governo federal não faz investimento nas micro, pequena e média empresa, não injeta recursos, um grande pacote de socorro a essas instituições e ao povo que precisava receber para poder ficar em casa, para poder guardar o *lockdown*, as medidas restritivas que são as únicas, neste momento, que podem barrar a proliferação do vírus.

Então, é desonesto lidar com o desespero de comerciantes que estão vendo o seu comércio fechado e pegar esse sentimento e organizar contra o governador, contra os governadores. Tem que organizar contra esse presidente irresponsável e, mais uma vez eu repito, genocida. É ele quem deveria cair junto com esse Pazuello, porque esse Pazuello, que diz que entende de logística, é um desastre na gestão da Saúde. E ele está lá exatamente por isso. O presidente demitiu todos os ministros da Saúde que tinham qualquer sensibilidade com o sofrimento do povo e tiveram qualquer aceno em favor das medidas sanitárias necessárias, em favor de fazer qualquer investimento para salvar vidas. O presidente quis sempre um ministro que trabalhasse de mãos dadas com o vírus. Essa é a política do governo Jair Bolsonaro, é a política da morte, da desgraça para o povo brasileiro.

Então, presidente, eu finalizo aqui a minha fala saudando efusivamente o esforço do governador Rui Costa, o esforço do governador Flávio Dino e de todos os governadores do Nordeste que continuam de braços dados com a vida. O Nordeste foi a única região que disse “não” a esse cara. E, hoje, nós estamos vendo os nossos governadores dando um show, apesar de todas as dificuldades, driblando, furando o cerco e conseguindo investir. Poderiam conseguir muito mais, claro, se tivessem o suporte necessário do governo federal. Mas ainda assim eles conseguem se erguer.

Finalizo mesmo, presidente, dizendo que nós temos que aprovar urgentemente esse empréstimo, que é dinheiro para infraestrutura, dinheiro para infraestrutura de transporte, de mobilidade urbana. Portanto, é dinheiro que, além de melhorar a infraestrutura do estado vai gerar emprego, vai gerar renda. Não é possível que as pessoas não entendam a crise em que nós estamos enfiados, é crise sanitária e é crise também econômica. Nosso povo está passando fome, gente. Nosso povo está vivendo de cesta básica, da caridade de um e de outro até esse auxílio de 250 conto... Eu queria ver um deputado viver com 250 conto. Ninguém vive com 250 conto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLIVIA SANTANA: Então tem que liberar um R\$ 1,5 bilhão para infraestrutura e para geração de emprego e de renda para o povo baiano. É isso que a gente tem que fazer.

Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Olívia.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro, não o ouvi.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Falará por todo o tempo o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Soldado Prisco por 10 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os membros desta Casa. Vejo, na Assembleia Legislativa, mensagens e falas eufóricas de deputados da Base do Governo. Incrível! Vi o governador do estado chorar na televisão, vi o governador chorar na televisão e estou vendo 64 famílias chorando, são pais e mães de policiais militares que estão perdendo suas vidas. Estão perdendo muito mais vidas do que a saúde, está comprovado, entre essas duas categorias que estão na linha de frente.

Governador, seja sensível a pelo menos uma família, já que seu choro não foi para as 63. O soldado Rafael está acamado há 9 meses na sua casa, lá em Plataforma, a família implorando para que o Planserv cubra seu tratamento. Um servidor público, 32 anos de idade, negro, morador da periferia, está implorando para sobreviver. Está numa cama, vegetando, após ter Covid, quer apenas ir para uma clínica de reabilitação.

Até quando a insensibilidade deste governo vai continuar? Até quando a hipocrisia e a demagogia que vai para fora vai continuar? Vá lá, mande um secretário seu verificar as condições do soldado Rafael, que estava na linha de frente, dando a sua vida para defender essa sociedade. E, agora, está precisando apenas que o plano de saúde cuide dele. Leve-o para uma clínica, uma clínica de reabilitação. São 32 anos de idade, a família está implorando. Eu espero ver, governador, que, pelo menos, você tenha essa sensibilidade. Mande seu comandante-geral lá, que só faz agir com repressão e nada de diálogo com a tropa. É chegado o momento de, realmente, salvar vidas, sair do discurso, sair da TV e do choro que não comove ninguém.

Sr. Presidente, esta fala minha é de indignação, porque os policiais militares estão nas ruas, trabalhando no dia a dia, não têm equipamento algum. Já temos quase

5 mil policiais militares infectados por esse vírus. Mas para tudo se coloca a polícia: toque de recolher, polícia; receber a vacina e escoltar, a polícia. Nos postos de saúde e nos hospitais, quem está lá trabalhando? Os policiais, sejam eles militares, sejam eles civis. E cadê o apoio mínimo desse governo? Se morrer: “Soldado morto, farda em outro”, seja ele preto, branco, seja o que for. O governo nada faz. Até quando nós vamos viver isso, no dia a dia, na Bahia?

Está chegando a locais onde não tem nem mais polícia para trabalhar. A violência no estado já era descontrolada. E agora, sem efetivo, com vários policiais acamados, afastados? E aí querem colocar policiais que trabalham no administrativo. Praticamente a maioria deles está na administração por ter restrição médica. A maioria deles está no administrativo porque nunca trabalhou na área, nunca teve um treinamento com uma arma. Isso é um suicídio para esses policiais. Criaram uma portaria, que é uma portaria do suicídio: colocar esses policiais para trabalharem na área. Se não tem efetivo, é o governador do estado que tem que prover isso. Sempre coloca o policial militar na linha de frente, sempre coloca o policial militar como se sua vida não valesse nada.

Nós estamos tendo operação suicida: dois policiais fazendo Alfa 18, parados em locais extremamente perigosos, onde passam bondes de criminosos, 20, 30, que dominam aqueles bairros. Os policiais militares estão tomando conta de toda a Bahia nessa eterna condição, sem condição nenhuma. Trocar o serviço no local onde ele assume o serviço, nas ruas, sem desinfecção das viaturas; conduzindo pacientes de lá para cá, dando apoio, pessoas que os policiais sabem que alguns ali têm Covid, inclusive, sem nenhuma proteção, nem máscara nem nada. Até quando isso vai se repetir?

Espero que esta Casa realmente fiscalize, cobre isso, mude esta realidade. E esses policiais militares que estão na linha de frente são os únicos do estado da Bahia que não recebem periculosidade e insalubridade. Nem neste momento de pandemia o governo teve a sensibilidade de enviar a esta Casa para aprovar, pelo menos neste período, diante de tantas vidas, 65 vidas que se perderam, quase 5 mil infectados. E não recebem insalubridade e periculosidade.

Esse é o governo do trabalhador, realmente? Esse é o governo do perseguidor, que persegue o trabalhador, principalmente o servidor público, isso tem mostrado claramente. E não vejo ninguém fazer essa defesa aqui. É triste.

Esta semana agora perdemos um policial militar novo, negro, assassinado no interior da Bahia. Este foi assassinado, porque a Covid tem matado três, quatro vezes mais do que o combate ao crime no dia a dia. Mas mudança efetiva, nenhuma. Mudou-se a cúpula da Segurança Pública e o secretário de Segurança Pública, que ninguém vê, é um fantasma, ele não aparece em lugar nenhum. Convidar o secretário de Segurança Pública para pegar os seus assessores e visitar os quartéis, visitar as delegacias, ver como é que estão as condições de trabalho, ver os riscos que aqueles policiais estão correndo. Era isso que o secretário deveria fazer agora, porque ninguém vê o secretário de Segurança Pública, está sumido. Está com algum problema de saúde? O secretário tem que ver seu povo, ver como é que estão as condições nos becos, nos guetos, nas favelas, onde o policial está dando o seu sangue por essa sociedade. Infelizmente isso

nós não vemos. E até quando isso vai, e querer culpar a quem por isso, culpar as mortes a quem?

A Assembleia Legislativa da Bahia até hoje está calada sobre o escândalo dos respiradores. Não vai abrir uma CPI, não vai buscar informação? Foram R\$ 100 milhões do dinheiro público que ninguém sabe até hoje onde foram parar. Teve operação da Polícia Federal, o secretário Bruno Dauster sumiu, pediu exoneração e sumiu. Eu creio em Deus porque ele é fiel e a justiça dele não falha, e a verdade vai se estabelecer na Bahia. E esse dinheiro, que é um dinheiro público, poderia agora estar sendo investido na saúde do povo baiano, que não poderia agora estar passando por essa situação. O dinheiro dos respiradores tem que aparecer, alguém tem que pagar por esse desvio. São R\$ 100 milhões que sumiram dos cofres da Bahia! E cadê o dinheiro?

A gente vê o silêncio ensurdecedor desta Casa, infelizmente. Espero que o governador, que não falou ainda sobre isso, fale – como ele falou no passado que o dinheiro ia voltar com 60 dias, que os culpados iriam pagar. Mas até agora nada aconteceu nesta terra.

E agora vai aí o empréstimo de R\$ 1 bilhão e meio, para quê? Onde é que está a fonte de gastos? Quantos empréstimos esse mesmo governo já pediu e esta Casa, sem discussão, sem debate algum, já liberou? E melhorou em que os valores que saíram, em que foram gastos, em que foram aplicados? Porque a Bahia continua em último na educação; em primeiro na violência no país; em primeiro em homicídios contra mulheres, espancamentos; em primeiro em roubo de carros. A Bahia só continua em primeiro em lugar nenhum e é a último na educação, praticamente.

Só se fala em investimento. Está indo para onde esse investimento? O povo quer saber, o povo está morrendo nas ruas. O Hospital João Batista Caribé está lá, 90% das obras prontas, e quando é que vai ser entregue? No ano que vem? Próximo das eleições? Porque o povo está precisando de hospital. O Hospital Metropolitano, com muita pressão, com muita cobrança, está começando a sair agora, depois da declaração do próprio governador e do secretário dizendo, no ano passado, que 97% das obras estavam concluídas e até agora nada ocorreu.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Essa aqui é a minha fala, presidente, e, se o senhor me permitir, essa votação deveria estar acontecendo pelo menos de forma híbrida. Respeito a posição da Mesa, já que eu fui voto vencido, mas deveria estar acontecendo de forma híbrida, como a Câmara e o Senado estão funcionando, onde o número de parlamentares é muito maior do que o da Assembleia Legislativa. Assim que esta Casa deveria estar funcionando, afinal de contas, somos servidores públicos também, e o povo, com certeza, vai cobrar isso da gente.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Soldado Prisco. Gostaria, mais uma vez, de dizer aos nobres colegas que a decisão de seguir o decreto do governador e do prefeito foi tomada junto a toda Mesa Diretora e os dois líderes do Governo e da Oposição. Então, respeito, Soldado Prisco, a sua posição.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar Avante/PSB/PL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, está me escutando?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falará por todo o tempo o líder do Bloco Democratas/MDB da Casa, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 11 minutos, deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde, amigos e amigas, deputados estaduais desta Assembleia Legislativa do estado da Bahia. Nesta sessão, eu acompanhei com muita atenção os pronunciamentos do deputado Carlos Geilson, que fez a sua queixa sobre as sessões virtuais que vêm acontecendo, vi que o deputado Prisco também reafirmou nesse sentido. Eu concordo com a execução das sessões virtuais por conta do agravamento da pandemia no nosso estado e no Brasil. Sei que é um momento difícil para todos, sei que essa matéria em que estamos nos debruçando hoje é uma matéria fundamental que deveria, em tempos normais, não só ser de uma sessão apenas, mas de várias sessões.

Observei, com muita atenção, o pronunciamento do deputado Robinson Almeida, que, com grande euforia – normal, já que o ex-presidente Lula volta para o jogo – e ele, muito animado com a volta do ex-presidente, me passando até a impressão de que a eleição já está resolvida, e no meu ponto de vista não é bem assim.

Fiquei impressionado com o posicionamento e o discurso da deputada Olívia Santana, quando mencionou o governador Flávio Dino, lá do PCdoB do Maranhão. Eu entendo que o lançamento do nome do governador Flávio Dino já é como pré-candidato à Presidência da República, e seria interessante o PCdoB, pela primeira vez, pelo menos nos últimos 30 anos, lançar um candidato à Presidência da República, um partido tão tradicional que é, e colocar realmente a sua plataforma. Assim como fez a deputada Lídice da Mata, em 2010, vocês se lembram disso, quando fez um palanque aqui na Bahia do então governador de Pernambuco, ex-governador Eduardo Campos, como ela fez a sua campanha aguerrida aqui, em Salvador, para prefeita da capital.

Bem, o que nos traz hoje aqui é um requerimento de urgência protocolado pelo líder do Governo de uma matéria tão importante, que trata desse empréstimo no valor

de um R\$ 1,5 bilhão. Nós fizemos uma audiência virtual com o secretário da Fazenda, muito bem-educado, como sempre, que é convidado aqui na nossa Comissão, minha, de Robinho e dos demais membros da Comissão de Finanças, um discurso muito claro, tecnicamente falando. Ele falou da capacidade de endividamento do estado, ressaltando a saúde fiscal do estado da Bahia.

Outros deputados questionaram sobre a burocracia do governo no trâmite da vinda, efetivamente, desse dinheiro aqui para os cofres do estado. Foi também esclarecido que não há garantias por parte do governo do estado na aquisição desse empréstimo. A garantia é feita pelo governo federal e, nesse trâmite, desse empréstimo perante o governo federal, o secretário, pelo menos, não vê muita dificuldade lá em Brasília para a chegada desse dinheiro e, claro, faz coro para que a gente, aqui na Assembleia Legislativa, possa votar logo e definir esse empréstimo para o governador Rui Costa.

Acontece que tanto eu como os companheiros aqui da Bancada de Oposição não estamos satisfeitos apenas com as explicações do secretário Manoel Vitório. Nós gostaríamos de ter a oportunidade de debater esse tema também com o secretário de Infraestrutura do estado, já que o objetivo maior desse empréstimo – que não é pouco, R\$ 1,5 bilhão – é para melhorias de estradas no nosso estado, para que haja uma informação de onde vai ser empregado esse dinheiro, de que forma.

O secretário Manoel Vitório nos tirou uma dúvida que, pelo menos, eu tinha de que se esse dinheiro poderia ser desviado para pagamento de custeio da máquina, mas é uma questão legal do empréstimo, o próprio Manoel Vitório nos esclareceu que é proibido terminantemente o emprego dessa verba para o custeio da máquina estatal. Mas claro que nós, na função de deputados do Poder Legislativo, iremos acompanhar isso muito de perto.

E para acompanhar isso com a maior transparência possível, fica aqui o nosso pleito, se poderíamos estender o debate desta matéria tão importante para o estado. Vou ressaltar aqui que nós da Bancada da Oposição ainda não estamos contra o empréstimo, não é essa a questão. Nós estamos contra o regime de urgência para a aprovação deste empréstimo. O que nós queremos é um debate maior e mais transparência do governo do estado para dizer onde vai ser empregado o dinheiro. Volto a salientar: são R\$ 1,5 bilhão, e, sim, a infraestrutura da Bahia está carente demais de investimentos. Eu poderia citar aqui várias estradas que estão precisando de melhorias e estradas que foram muito mal licitadas pela Secretaria de Infraestrutura. Posso salientar, aqui, a estrada que liga o município de Jacaraci ao município de Urandi, que foi licitada equivocadamente no valor... É uma estrada importantíssima de ligação no nosso estado, mas foi uma licitação infeliz feita pelo governo do estado. E eu gostaria de perguntar ao secretário se, com esse novo recurso, ele poderá consertar essa licitação para conclusão de uma obra tão importante para o nosso estado.

Tantas obras que foram citadas aqui pelo deputado Pedro Tavares. A BA que liga o município de Caém ao município de Senhor do Bonfim, passando por Saúde e Antônio Gonçalves, está largada de todo jeito. E tantas e tantas obras. O deputado Tum, da nossa amada Casa Nova, iria cobrar também uma estrada tão importante para Casa

Nova, que é a ligação da BR-235 ao distrito de Bem-Bom, que também está num estado deplorável. E tantas e tantas estradas que cortam a nossa tão amada Bahia.

Então, fica aqui o nosso pleito, um pleito para que o governador e o governo do estado como um todo façam jus ao princípio da transparência dos bons gestores e possam explicar melhor, não só à Assembleia Legislativa, mas a toda a Bahia, para onde vai esse dinheiro todo; se nós, aqui da Assembleia, poderemos opinar com algumas indicações para esse dinheiro ou não, mas que ele saiba realmente explicar. E outra coisa: se esse dinheiro pode ser empregado de alguma forma também para o combate da Covid-19 ou não, ou se há alguma restrição nesse sentido.

Aqui é o palanque do debate, aqui é o palanque, realmente, onde essas questões devem ser esclarecidas.

Eu vejo aí um bombardeio intenso, principalmente dos deputados do Governo, quanto ao posicionamento do presidente da República, o Bolsonaro, e ficam também aqui várias dúvidas na minha mente. O Partido Progressista, que é o partido do vice-governador João Leão - hoje eu vi a notícia que tomou a vacina, pelo menos a primeira dose, muito bom muito importante isso -, mas o PP é o principal partido da base de Bolsonaro. Acabou de sair uma notícia que o PP quer indicar o ministro da Saúde para o lugar do General Pazuello.

E é bacana essa dobradinha “Bolso-Rui” que a gente vê aqui na Bahia com o PP, não é? Que dá apoio ao PT aqui na Bahia e o apoio também a Bolsonaro, fortíssimo em Brasília. Serão interessantes as explicações no ano que vem dessa dobradinha “Bolso-Rui”, que já está acontecendo desde o início do segundo mandato do governador Rui Costa.

Então, são essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Eu gostaria de sensibilizar, nesse meu discurso, o líder do Governo para que nos dê, a mim e a todos os deputados da Casa, mais uma oportunidade para que possamos ter esclarecimentos importantes sobre esse empréstimo tão grande que o governador Rui Costa quer adquirir para o governo do estado. E ter a oportunidade de debater indicações importantes. E, de jeito nenhum, tratar de um projeto, com um valor desse tão grande, em regime de urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra ao líder da Maioria, por uma questão de falha, o deputado Angelo pediu para usar o tempo do PSB, e eu acabei chamando os outros tempos.

Então, com a palavra o deputado Angelo Almeida pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós fizemos uma combinação, mas tudo bem... Senão vai todo mundo querer falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Angelo.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Sr. Presidente, como vice-líder do nosso bloco PSB/PL/AVANTE, quero registrar que não tomei conhecimento de combinado. Como vice-líder do bloco, eu gostaria de saber quantos minutos eu tenho para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Oito minutos, deputado Angelo. Pode iniciar.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Muito obrigado, obrigado a todos. Caros colegas, ouvi atentamente o meu conterrâneo Carlos Geilson falar a respeito desse importante projeto que o governo encaminhou à Casa, e o nosso líder Rosemberg encaminha a matéria pedindo regime de urgência.

Creio que todos nós tivemos a oportunidade de, durante uma tarde, praticamente, ouvir, fazer questionamentos e receber todas as informações necessárias para compreensão da importância desse projeto, inclusive o apelo do secretário Manoel Vitório de que era necessário que a Casa e nós, que somos responsáveis por cuidar da Base do Governo, junto com nossos colegas também de Oposição, pudéssemos dar essa contribuição à Bahia num momento tão delicado, numa crise profunda, que não é apenas sanitária, é também econômica e social. Temos muita confiança e clareza da responsabilidade fiscal com que o governador Rui Costa vem governando a Bahia já há 6 anos.

Sr. Presidente, acredito que nós devemos superar e aprovar a urgência, porque esse dinheiro, esse R\$ 1,5 bilhão, já foi colocado, ele é extremamente importante, e será, na discussão da matéria aqui, abordada a sua importância, o secretário Manoel Vitório deixou bem claro.

Eu venho aqui, Sr. Presidente, fazer uso da palavra também para levantar, na Assembleia Legislativa, uma questão que vem sendo muito discutida, debatida. E quero parabenizar dois grandes órgãos de imprensa do estado da Bahia: o jornal *A Tarde* e o jornal *Correio da Bahia*, que têm levantado com muita força e com muita energia essa luta que nós, baianos, e nós, como deputados da Bahia, a Assembleia Legislativa da Bahia, deveríamos estar travando: a questão da renovação da concessão do uso da Ferrovia Centro-Atlântica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, nossos telespectadores, nós sabemos, a partir de alguns elementos que fomos colhendo, de informações e, aqui, quero também parabenizar o nosso amigo companheiro Antônio Carlos Tramm, presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral que, desde lá de trás, juntamente com a comissão da Fiol, aqui da Assembleia, liderada pela nossa deputada querida amiga Ivana, temos ali um caso de sucesso. E a Fiol, que estava travada com um parecer do Tribunal de Contas da União, foi, com muita luta, destravada e já estamos na iminência de ter, agora em abril, o edital para encaminhamento da conclusão das obras até o porto de Ilhéus.

Mas, Sr. Presidente, a Ferrovia Centro-Atlântica é de extrema importância para o escoamento de produção mineral, de minérios, e também de produtos agropecuários no estado da Bahia. É importante que a sociedade tome conhecimento de que, há 25 anos, este consórcio da VLI, que é liderado pela Vale, vem simplesmente fazendo um

verdadeiro desmanche da malha ferroviária. Desmanche, literalmente, a ponto de tirar trilhos e dormentes dos trechos onde existiam e hoje não existem mais.

E agora, depois de 25 anos de concessão – que foi iniciada em 1996, ainda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi feito esse consórcio que tem a participação da Vale como majoritária, do BNDES, do Mitsui e de outra empresa canadense –, eles querem assegurar mais 30 anos de concessão. Sem nenhuma justificativa e sem apresentar um plano de trabalho ou de investimento, só na ladainha, quando nós, na Bahia, estamos sob essa pressão e tendo os nossos produtos, literalmente, sendo majorados no mercado nacional e internacional por conta dos altos custos que existem hoje com o transporte rodoviário dos nossos produtos.

Portanto, Sr. Presidente, quero pedir, em nome do povo da Bahia, do nosso patrimônio mineral, e dizer com clareza também: a Bahia hoje é o quarto estado em volume de produção de minérios. Entre os 27 estados do país, estamos atrás apenas de Minas Gerais, Pará e Tocantins. Mas a pluralidade de produtos no território baiano é muito grande e estamos pagando muito caro por isso.

Para nós, é muito claro e evidente também que a Vale não tem nenhum interesse em proporcionar uma malha ferroviária qualificada no estado da Bahia. Hoje, os trens que ainda estão trafegando pela Bahia trafegam a 11 quilômetros por hora. Eles estão sugerindo que no ladeamento, ou seja, na nova concessão, vão levar para 18 quilômetros por hora. Ou seja, presidente, é uma brincadeira.

Nós encaminhamos para a Assembleia e estamos protocolando um ofício para que os nossos deputados, nossos colegas possam assinar conjuntamente, que possamos assinar, encaminhando à Agência Nacional de Transporte Terrestre para que ela suspenda, retire a Ferrovia Centro-Atlântica do edital que está para sair a qualquer momento. Edital que, na verdade, vai promover mais 30 anos de concessão para a VLI que tão mal vem gerindo o seu contrato, a sua concessão para nós baianos.

Quero pedir, Sr. Presidente, em nome do povo da Bahia e da riqueza do minério baiano...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: (...) ao senhor, ao meu querido presidente, que levante também essa bandeira, como já estão fazendo a Fecomércio; a Federação das Indústrias do Estado da Bahia e a Faeb, Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia.

O prejuízo será enorme. A Vale não tem interesse que os nossos produtos, que também são produtos de commodity, tenham o escoamento a baixo custo porque eles privilegiam e querem manter na linha de frente o valor de mercado, o valor mais atrativo para os produtos gerados em Minas Gerais. Essa é a grande questão que está em jogo.

Quero aqui pedir, então, Sr. Presidente, o seu apoio para nós avançarmos. Parabenizando, mais uma vez, o nosso companheiro Antônio Carlos Tramm, presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, que vem fazendo um excelente trabalho...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado Angelo.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Angelo, esta Assembleia, este presidente concorda plenamente com as palavras de V. Ex.^a. Nós já estamos nos posicionando totalmente favoráveis ao que você defende, que é justo para a nossa Bahia.

Então, antes de passar a palavra ao nobre líder da Maioria, deputado Rosemberg, passo a questão de ordem ao líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

Deputado Sandro! Não te ouço, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, pela própria dificuldade...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: (...) pela própria dificuldade que nós temos na questão virtual, até para os deputados se pronunciarem, eu queria já fazer a minha questão de ordem em dois momentos. A primeira questão de ordem é para comunicar a V. Ex.^a que todos os líderes partidários: o deputado Tiago Correia, pelo Bloco PSDB/PRB; o deputado Josafá Marinho, pelo Bloco PSL/PSC; o deputado Luciano Simões, pelo Bloco MDB/DEM e eu, como líder da Oposição, todos nós usaremos o nosso tempo regimental para encaminhar o requerimento de urgência.

Também comunico a V. Ex.^a que, antes de proceder à votação do requerimento de urgência, estamos também solicitando uma verificação de quorum de votação, para ver se existem deputados presentes suficientes para que esse requerimento – que eu acho que vem num momento inoportuno, mas falarei no meu encaminhamento – seja votado hoje nesta Casa.

Então, minha questão de ordem está pautada em dois momentos: comunicando a V. Ex.^a que eu e os três líderes partidários do meu bloco iremos encaminhar e quando V. Ex.^a for pôr o requerimento de urgência, peço, por obséquio, que antes proceda a uma verificação de quorum de votação. Essa é a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido. Deputado Sandro, quem são os líderes, por favor?

O Sr. Sandro Régis: Tiago Correia, do Bloco Partidário PSDB/PRB; Luciano Simões Filho, pelo Bloco Partidário DEM/MDB e o deputado Josafá Marinho, pelo Bloco PSL/PSC. E eu falarei como líder da Oposição, encaminharei como líder da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar, concedo a palavra ao nobre líder da Maioria, deputado Rosemberg Lula Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, vai falar apenas, por 5 minutos, o deputado Zé Raimundo, que havia pedido a inscrição lá atrás. Depois, no momento dos

encaminhamentos... É o tempo do PT. O deputado Sandro está fazendo algum questionamento?

O Sr. Sandro Régis: Eu só quero entender, líder, porque o deputado... O nobre colega deputado de Feira de Santana que falou agora, falou por qual tempo?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: PSB.

O Sr. Sandro Régis: Mas o tempo do PSB, V. Ex.^a... Eu só quero aqui registrar que V. Ex.^a já tinha comunicado que não teria orador no tempo do PSB/...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro... Deputado Sandro...

O Sr. Sandro Régis: (...) e o deputado Angelo se pronunciou por 8 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro... Deputado Sandro...

O Sr. Sandro Régis: Não, presidente. A única coisa que eu quero registrar é o seguinte: o que dá para Chico tem que dar em Francisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro...

O Sr. Sandro Régis: Se houver essas concessões para a Bancada do Governo, também tem de haver essas concessões para a Bancada da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, deixa eu responder ao nobre líder... deputado Rosemberg, só 1 minuto. Deputado Sandro...

O Sr. Sandro Régis: Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como estamos em uma sessão virtual e às vezes as informações chegam depois, então, para ser justo, eu coloquei fora da ordem, mas já havia chegado aqui.

O Sr. Sandro Régis: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora, se fosse V. Ex.^a ou qualquer deputado da Oposição, eu faria da mesma forma, sem problemas.

O Sr. Sandro Régis: Eu só quero esse coração de V. Ex.^a, com essa vontade, com essa bondade também para a Bancada da Oposição. É a única coisa que eu peço a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tenha certeza. O coração é muito mole.

O Sr. Sandro Régis: (Risos) Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Valeu.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O tempo do deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o professor Zé Raimundo. É isso, Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Exatamente, exatamente.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O nosso tempo é de quê? São 12 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então serão 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas. Eu gostaria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, mais uma vez, de parabenizar a Mesa Diretora por esse posicionamento, por essa orientação de que as nossas sessões, as nossas reuniões sejam realizadas de forma remota.

E queria, de forma muito afetuosa, dizer ao nobre deputado Carlos Geilson que eu, em todas as reuniões desta Casa, compareço de paletó e gravata, exatamente para me concentrar, porque o fato de estar distante não me exime da minha responsabilidade para com os baianos e baianas e, sobretudo, para com a minha função de deputado.

Não estou dizendo, com isso, que os colegas homens e as nossas deputadas, ao comparecerem com outra roupa, com outra indumentária que não paletó e gravata, no caso dos homens, e não trajando, digamos assim, o que poderíamos considerar um modelo de deputada, não estejam todos eles convictos da responsabilidade, nobre Carlos Geilson. E depois, a distância não exime o papel e a função da nossa inteligência. É ler os projetos e seguir o Regimento. Nenhuma forma de votação foi suprimida. Tanto a Oposição quanto a Situação têm a forma regimental de proceder a todos os debates, querido Carlos Geilson.

Portanto, o fato de estarmos distantes não quer dizer que estamos ausentes das preocupações e da seriedade deste debate. Mesmo porque hoje as ferramentas tecnológicas das reuniões remotas já são generalizadas, estão sendo utilizadas no mundo inteiro. É uma forma de atualização. E, rapidamente, nobre deputado Rosemberg, eu queria parabenizá-lo, mais uma vez, pela condução, também o nobre deputado Sandro Régis.

Quero, sobretudo, registrar, pontuar – porque não vai dar tempo de debatermos – a grande importância que vem assumindo o nosso governador Rui Costa no cenário político do Brasil, em função das suas decisões, da sua capacidade de articular politicamente, para que possamos ter um contraponto a esse desgoverno que é o governo federal.

Então, parabéns, governador Rui Costa, pela Sputnik V! Não é “Sputnik cinco”, é “Sputnik V”. Quero dizer que isso vai revolucionar, realmente, as condições de combate ao coronavírus na Bahia. Mostrar, inclusive, para os nossos amigos empresários dos diversos segmentos da economia que, na sua fala, o grande cientista Dr. Miguel Nicolelis chama a atenção de que essa pandemia, mesmo depois de cessada, vai continuar trazendo consequências muito ruins para a economia, se não tomarmos as decisões corretas.

Por isso o empréstimo para o governador Rui Costa, por isso o empréstimo da Embasa, para nós montarmos uma capacidade do estado e, assim que começarmos a sair da crise, intensificarmos os investimentos para que o empresariado baiano possa ter também na infraestrutura a condição de baixar o preço Bahia. Nessa mesma linha, o nobre deputado Angelo Almeida fez um discurso belíssimo mostrando a importância dessa infraestrutura para que a Bahia permaneça com a capacidade de investir e de concorrer com os grandes centros. Por isso esse importante empréstimo.

Nessa linha também, o governador Rui Costa acerta em começarmos este ano já com o sistema remoto para a nossa educação, principalmente para a educação básica e

principalmente em relação ao estado, porque a educação de nível superior já vinha ocorrendo, de certa maneira. É o ensino médio que é a preocupação fundamental do estado. Claro que a decisão do estado vai ajudar os municípios a implementarem também o ensino fundamental, sobretudo da quinta à oitava série, que é de responsabilidade, principalmente, dos municípios.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria parabenizar, mais uma vez, o governador Rui Costa. E, naturalmente, o debate sobre a presença, a volta justa e legítima do presidente Lula para o cenário político é muito importante, não para o PT, não para o Lula, mas para o sistema jurídico nacional, para a democracia do Brasil. A presença de Lula é um passaporte para o futuro, para um Brasil justo, para um Brasil respeitado internacionalmente.

E, para concluir, Sr. Presidente, eu quero desejar aqui, já de forma antecipada, parabéns ao nosso senador, ex-governador Jaques Wagner, que amanhã estará completando 70 anos. E ele faz parte dessa plêiade de grandes personagens da nossa história, como Glauber Rocha, que fez aniversário ontem e se vivo estivesse estaria com 82 anos, e nosso imortal e sempre lembrado Castro Alves, que faz aniversário no dia 14 de março.

Um grande abraço a todos! E parabéns, Sr. Presidente. Parabéns, mais uma vez, pela condução desta Assembleia de forma responsável e consequente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu não vou usar o outro tempo, não, para adiantar. Eu falarei no encaminhamento para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Requerimento de Urgência nº... (Pausa)

Eu vou ler e depois vocês encaminham, deputado Sandro. Pode ser?

O Sr. Sandro Régis: Ah! Está bom. Claro! Pois não! Pois não!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Requerimento de Urgência nº 9.717/2021, do deputado Rosemberg Lula Pinto, requer urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 24.104/2021, enviado pelo Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., com a garantia da União e dá outras providências.

Para encaminhar, por 5 minutos, os líderes. Para iniciar, o deputado Tiago Correia. A postos, deputado Tiago? Senão, chamarei Luciano.

Deputado Josafá, a postos? Deputado Josafá, me ouve? Pode iniciar, depois a gente coloca os outros líderes.

Para encaminhar, por 5 minutos, deputado Josafá Marinho.

O Sr. Josafá Marinho: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados... Está me escutando aí?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ouvindo.

O Sr. JOSAFÁ MARINHO: O.k.

Sr. Presidente, nós estamos diante de uma situação muito delicada, em que passamos por um processo de pandemia, no qual, claro, nós teríamos que fazer uma discussão mais acirrada, porque o tema é um tema muito delicado. E como todos os deputados aqui, V. Ex.^a já sabe qual o meu posicionamento, assim como foi no projeto da Embasa. Porém, no projeto da Embasa, nós tivemos subsídios suficientes, foi demonstrada uma certa clareza daquele empréstimo, principalmente na garantia de obras importantes para a nossa Bahia. Inclusive, a garantia da adutora de Presidente Jânio Quadros, solicitada por mim ao governador, ao presidente da Embasa. Naquele momento, nós aceitamos, sim, pedimos vista do projeto e encaminhamos dessa forma. Mas esse projeto se trata de um empréstimo de 1 bilhão e 500 milhões.

E eu quero ser bem claro. Eu sou muito cauteloso, até por prudência. Mas temos que analisar melhor um projeto dessa magnitude, um projeto muito amplo. Não que a gente vá – eu, particularmente, como deputado, mas aqui encaminhando pela bancada, é claro –, não que a gente vá votar contra esse projeto depois. Isso aí vai ter que se fazer uma outra discussão. Mas, neste momento, não acho ideal fazer o encaminhamento favorável à urgência.

Nós temos que verificar melhor, de forma que a gente possa travar discussões. Eu não conheço, não foi passado para mim, nem o secretário... Eu gostaria de sentir, de ver, de verificar os índices, onde serão aplicados todos esses investimentos, que não são poucos. Tem-se um endividamento em que a responsabilidade é muito alta para uma Casa que tem que pensar, principalmente, na responsabilidade fiscal.

Então, eu só, para adiantar aqui... Eu não quero... Nós não vamos... Pela Bancada Patriota/PSL/PSC, nós vamos encaminhar, Sr. Presidente, contrários ao pedido de requerimento de urgência, nos moldes com que foi aventado e falado por esse líder. Quero também agradecer ao líder Sandro Régis e parabenizá-lo pela condução.

Não – mais uma vez, só enfatizando – que a gente tenha que votar contra ou favorável. Este momento não é do mérito. Neste momento, nós estamos votando o requerimento de urgência. E acho, neste momento, pela bancada, que o encaminhamento é de que não há essa urgência tão açodada como verificamos.

Encaminhamos, Sr. Presidente, contrário ao requerimento de urgência.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Josafá encaminhou contrário.

Com a palavra o deputado Tiago, Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas. Sr. Presidente, eu sigo o mesmo entendimento dos meus colegas de bancada. Acredito que estamos diante de um projeto muito importante, que tem um impacto direto nas

contas do nosso estado, projeto de uma soma muito grande. Nós não estamos falando de milhões, estamos falando de R\$ 1,5 bilhão.

Tivemos uma apresentação do secretário da Fazenda, que mostrou a capacidade financeira do estado em adquirir esse empréstimo, porém nós não temos detalhamento de como esse recurso será investido em nosso estado. Ele sinalizou que grande parte desse recurso seria para a Secretaria de Infraestrutura, para obra de infraestrutura, porém existe uma dúvida de que parte desse recurso vá para o Fundo Garantidor da Ponte Salvador-Itaparica. E nós precisamos saber quanto é desse recurso, por que o governo vai tomar dinheiro emprestado para dar como garantia para formar o fundo garantidor de outra obra, que, com certeza, também irá captar recursos no mercado. Então, a gente não entende essa matemática.

Acho que é um projeto que deve ser, de certa forma, mais detalhado, um projeto que deve ser discutido nesta Casa, não só pelos deputados da Minoria, mas também pelos deputados da Maioria. Nós estamos falando de R\$ 1,5 bilhão! Nós sabemos que a Bahia enfrenta um momento muito grave. Não só a Bahia, todo o país, todo o mundo, por conta da pandemia. Mas a Bahia, particularmente, é um estado que se encontra com as contas que nós não sabemos em que nível estão. Nós sabemos que o estado não tem capacidade hoje de investimento, de grandes investimentos. E a prova disso, mais uma vez, é a intenção de se captar esse recurso para investimentos, como foi colocado. Mas existe essa sinalização de que pode haver parte desse recurso que vai para o fundo garantidor. E nós perguntamos: a que ponto esse empréstimo compromete as contas futuras do governo do estado e de que maneira o estado ficará nos anos seguintes na sua capacidade de investimento, justamente pelo seu comprometimento de caixa? Então são diversas questões que precisam ser analisadas. E nós não podemos de forma nenhuma, de maneira açodada... Inclusive, eu não entendo essa pressa do governo em aprovar um projeto de tal importância para o estado – que pode impactar, como eu falei, de maneira muito significativa para as contas do estado – sem nenhuma discussão, sem nenhuma análise, sem conversar inclusive com o secretário de Infraestrutura para saber quais são as obras que receberão esses recursos.

Então, seguindo aí o entendimento de todos os nossos colegas que analisaram com mais cuidado essa peça, nós vamos encaminhar pela reprovação. Nós não vamos votar favorável ao que se propõe o líder do Governo e esperamos que sirva de sinalização para que o governo suspenda o trâmite açodado dessa matéria. E que nós possamos discutir, convocar as comissões, convocar inclusive a sociedade civil para que possa participar desse debate de um projeto de lei de tão grande importância para a Bahia e que não pode passar da maneira como o governo vem pretendendo, Sr. Presidente.

Essas são as minhas considerações.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Luciano Simões. Deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Olá amigos, deputados, deputadas, presentes nessa comissão, mais uma vez venho aqui a esta tribuna virtual falar também

da minha opinião, na qual reforçarei o entendimento do líder do Partido da Social Democracia Brasileira, Tiago Correia, e do líder do bloco do Patriota.

Bem, estamos tratando aqui de R\$ 1,5 bilhão. É muito dinheiro, minha gente. É um dinheiro importante para a Bahia, vai gerar emprego nas obras públicas que vão acontecer. Ótimo! Muito bom! Mas onde vai ser empregado esse dinheiro? Quais são as obras? Quais são as novas licitações? Esse dinheiro vai ser empregado em obras que já estão acontecendo ou não? Bem foi lembrado pelo deputado Tiago Correia que parte desse dinheiro... Se me recordo bem, o secretário Manoel Vitorio falou que na ordem de, parece, R\$ 200 milhões ou R\$ 250 milhões desse dinheiro vão para o Fundo Garantidor da Ponte Salvador-Itaparica. Ninguém aqui é contra a Ponte Salvador-Itaparica. Muito pelo contrário, eu vejo com muito bons olhos.

A ligação oeste da nossa capital, seguindo para oeste, passando pela Ilha, Santo Antônio de Jesus, até encontrar a BR-242. Eu acho que é um projeto de infraestrutura importantíssimo para o nosso estado. E o fundo garantidor faz parte desse projeto? Ótimo! Excelente! E esse dinheiro vai servir para o fundo garantidor? Vamos esclarecer isso! Vamos convidar o secretário de Infraestrutura do Estado para fazer esses esclarecimentos juntamente com o secretário Manoel Vitorio.

São temas importantíssimos que foram levantados aqui. Claro, a gente sabe das limitações, nesse período virtual, das sessões que estão acontecendo, entendo a contrariedade do deputado Carlos Geilson e do deputado Prisco, mas tenho que concordar com a decisão da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Estamos vivendo um momento especial e diferenciado na história do nosso estado. É a forma que a gente tem para fazer as nossas sessões, mesmo com matérias tão importantes, como esse empréstimo de R\$ 1,5 bilhão.

Saliento aqui e tento, mais uma vez, sensibilizar o líder do Governo para que dê oportunidade não à Bancada da Oposição, mas dê oportunidade ao Parlamento, ao Poder Legislativo de debater melhor este PL. Não, definitivamente ainda não somos contra a vinda desse recurso, R\$ 1,5 bilhão. Mas, sim, nós somos contra a forma do debate na Casa. Somos contra esse pedido de emergência da tramitação desse projeto de lei tão importante. Nós não podemos encarar R\$ 1,5 bilhão para a infraestrutura importante do nosso estado em um regime de urgência. Pelo amor de Deus! A gente precisa melhor debater, até pelo princípio da transparência. Para onde vai esse dinheiro? Onde ele será gasto? Em que região específica?

Num pronunciamento, agora, esclarecedor, do deputado Zé Raimundo, como lhe é muito de costume, a gente sabe da importância desse recurso. Ainda mais, Zé, num momento tão difícil dessa pandemia. E vamos lembrar que essa pandemia é muito mais cruel para os mais pobres. Agora, temos que salientar – e você, como reitor e professor universitário – que o local do debate é aqui na Assembleia. Isso tem que ser colocado às claras. E não tratar de uma forma açodada e numa urgência sem tamanho. Veja que, pelas sessões virtuais, há uma série de facilidades também, até para o governo colocar o quorum, porque está todo mundo confortável em suas casas ou nos seus escritórios.

Eu faço aqui, mais uma vez, o apelo e lembro que esta aqui é a Casa do Debate. São obras de infraestrutura importantíssimas. O deputado Angelo Almeida levantou,

agora, há pouco, no seu pronunciamento, uma postura que eu desconhecia, da empresa Vale do Rio Doce, frente à estrutura ferroviária do nosso estado. Será que também algum aspecto vai ser aproveitado desse R\$ 1,5 bilhão para as obras ferroviárias do estado? Não sei. Não temos respostas para isso. Cabe aí uma oportunidade ao governo do estado para fazer o seu trabalho bem-feito e fazer esses esclarecimentos. Vamos lembrar que o nosso estado é do tamanho praticamente da França e a estrutura do nosso estado é precaríssima. Um estado desse tamanho e, praticamente, a gente não tem ferrovia. E praticamente as hidrovias nos rios mais importantes do estado também não existem.

Meus amigos, fica aqui o voto do nosso Bloco Parlamentar Democratas/MDB para que não tratemos desse assunto tão importante para o nosso estado em regime de urgência.

Volto a falar do Fundo Garantidor da Ponte – o qual já foi debate também no final do ano passado – dessa obra, que é tão importante para o nosso estado e tantas e tantas obras importantes no estado, não só nos corredores rodoviários como em outros corredores muito importantes na infraestrutura da Bahia.

Então, fica aqui o voto do nosso Bloco, Sr. Presidente, o voto da Liderança do Democratas/MDB contrário ao regime de urgência desse projeto de lei tão importante para o nosso estado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Luciano. O deputado Luciano encaminha “não”, como o deputado Tiago Correia e o deputado Josafá.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, por último, para encaminhar, o nobre líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

Pois não, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Eu disponho de quantos minutos, Sr. Presidente, para encaminhar?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a fala pelo tempo que desejar.

O Sr. Sandro Régis: Não, mas regimentalmente, em quantos minutos podemos encaminhar?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desde que o deputado aprove o projeto.

O Sr. Sandro Régis: (Risos) Quantos minutos nós temos para encaminhar, só para organizar as ideias?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Cinco minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Eu fico aqui como líder da Oposição muito tranquilo ao escutar os líderes partidários de minha bancada explicando o motivo pelo qual a Oposição hoje encaminhará o voto contra o regime de urgência.

Esta mesma bancada de Oposição que votou a favor do empréstimo da Embasa de 500 milhões de reais, que votou a favor do Orçamento, que votou com um projeto que dá condições ao governo do estado de fazer as garantias da Ponte Salvador-Itaparica, que tem votado em todos os projetos do pacote de combate à pandemia, que votou na reforma tributária.

Mas Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, esqueçamos aqui a vestimenta da Oposição e do Governo. Vamos pensar aqui como representantes que somos todos, de uma forma plural, representamos cada segmento da sociedade, cada região, o povo da Bahia. É inadmissível no momento em que estamos vivendo, nas dificuldades todas de comunicação, tendo conhecimento do teor do projeto, esta Casa votar, hoje, um requerimento de urgência para votar na quarta-feira – se não me engano, pelo prazo, porque cai de 48 horas para 24 horas em regime de urgência – um projeto de empréstimo de R\$ 1,5 bilhão, dando um cheque em branco ao governo do estado.

Nós tivemos, sim – quero aqui até agradecer ao nobre líder Rosemberg – uma audiência com o secretário da fazenda, na qual nos explicou sobre a questão da saúde financeira do estado. Saúde essa que só está proporcionando ao governo tomar esse empréstimo pelas transferências dos recursos federais no combate à Covid, ele recebeu um volume muito grande de dinheiro, então aumentou sua capacidade de pegar empréstimo.

Mas nós não sabemos. Eu ouvi aqui o meu amigo, nobre líder, vice-líder do PSB, deputado Angelo, dizer da importância de tomar esse empréstimo. Nossa querida amiga, deputada Olívia Santana, também, que tem que tomar o empréstimo de todo jeito.

Mas gente, eu pergunto a vocês dois: de que forma será aplicado esse dinheiro? Como será aplicado esse dinheiro? Vocês tomariam um empréstimo pessoal... Vocês avalizariam um empréstimo de um amigo sem saber como esse amigo vai pagar esse empréstimo, de que forma esse dinheiro vai ser gasto? Nós não estamos questionando aqui se o empréstimo é bom ou ruim para o estado da Bahia, nós não estamos questionando aqui se esse dinheiro é importante ou não para o estado da Bahia. O que nós estamos questionando é a forma, mais uma vez, da instituição Assembleia abrir mão de sua prerrogativa como legítima representante da sociedade.

Caros colegas, quando nós votamos requerimento de urgência para um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão nós estamos fechando as portas para o diálogo, nós estamos deixando de ter oportunidade de saber o que nós estamos votando. É inadmissível, num momento de tanta dificuldade, em que nós não temos convicção do dia de amanhã, que a pandemia está nos tirando a certeza do amanhã. Esta Casa votar um requerimento de urgência, Sr. Presidente, de R\$ 1,5 bilhão sem sequer saber como esse dinheiro será gasto, de que forma esse dinheiro será gasto.

O problema aqui... Quero até dizer aos meus colegas, que muito me orgulham por fazerem parte da minha bancada, Carlos Geilson e Soldado Prisco, o problema não é estarmos em sessões virtuais, o problema é a falta de sensibilidade do Governo do estado não com a Bancada da Oposição, e sim com o Parlamento. É surreal o que esta Casa está fazendo hoje! É vergonhoso! É triste os parlamentares abrirem mão das suas prerrogativas do mandato que a Bahia lhes deu para votarmos um requerimento de urgência sem nem saber sequer como esse recurso será aplicado, como esse recurso será gasto, de que forma!

O deputado Tiago Correia trouxe aqui um levantamento muito importante: nós estamos tomando dinheiro para dar como garantia para outra obra! Como é que isso funciona? Como é que vai haver viabilidade para pagar esse dinheiro tomado? E a Casa

fecha os olhos, os Srs. Deputados fazem igual àqueles três macaquinhos: mudo, surdo e cego. Na ânsia de agradar o governador, na ânsia de agradar o Governo, esta Casa abre mão da prerrogativa de fazer o seu papel. Os três líderes partidários foram muito claros aqui quando disseram: “Nós ainda não estamos contra o projeto, nós estamos questionando a forma desse projeto ser votado.” Mas quero aqui dizer, sem nenhum tipo de radicalismo, que esse requerimento de urgência irá dificultar bastante o bom diálogo com a Oposição e com o Governo, porque nós entendemos que esse não é o caminho.

Se esse projeto, deputada Olívia Santana, a qual tenho muito respeito, meu amigo de Feira de Santana, deputado Angelo, se esse projeto tivesse essa importância toda que os dois amigos reafirmaram e destacaram na fala dos nobres colegas, esse projeto teria uma maior capacidade de discussão. Porque não vai ser uma semana ou outra que irá mudar o projeto, mas, sim, essa semana, votando o requerimento hoje, é mais uma pecha negativa para o Parlamento.

Então, em nome da tranquilidade com que a Oposição votou, na semana passada, um projeto da Embasa de empréstimo de 500 milhões de reais, que eu não sei se os deputados que fazem parte do Governo de hoje, se fossem oposição ao nosso governo, se nós fôssemos Governo, agiriam dessa forma, eu quero aqui registrar, Sr. Presidente, com a maior tranquilidade do mundo, o requerimento de urgência pode até facilitar a vida do Governo, mas irá dificultar muito, a partir de agora, a relação de Governo e Oposição.

Eu quero aqui reafirmar que após o encaminhamento do nobre líder Rosemberg Pinto, antes da votação, que V. Ex.^a faça uma verificação de quorum de votação para sabermos, realmente, se os deputados do Governo irão referendar esse tiro na democracia do nosso estado. E já peço a V. Ex.^a se houver a votação, se houver quorum e se houver aprovação, que V. Ex.^a nominalmente registre nos anais desta Casa todos os deputados de Oposição que votarão contra essa votação esdrúxula desse requerimento de urgência que este Parlamento caminha para votar na tarde do dia 15 de março de 2021.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, e esse é meu encaminhamento e muito obrigado pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

Antes de dar continuidade, passo a palavra ao deputado Hilton Coelho para encaminhar pelo tempo de 5 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: O.k., Sr. presidente. Queremos encaminhar o voto do PSOL como voto contrário, Sr. presidente, a esse projeto, porque, de fato, um montante dessa magnitude, R\$ 1,5 bilhão, um projeto que pode ser um sonho ou um pesadelo, mas que, de fato, não tem nenhuma concretude. Ele é um sonho ou um pesadelo, porque é um projeto etéreo, não tem as mínimas referências de aplicação desse montante tão expressivo de recursos.

Falou-se, aqui na sessão, sobre o Fundo Garantidor da Ponte. Uma ponte que tem tantos questionamentos da sociedade civil organizada, de associações de moradores, de sindicatos, de entidades ambientalistas.

Mas, pelos bastidores também, corre o boato de que esses recursos podem ser investidos também para a concretização do chamado monotrilho, esse transporte sobre pneus imposto à região do subúrbio, que vai simplesmente sacrificar a nossa via férrea do estado da Bahia, que teria tanto potencial, aliás ainda tem, mas vai ficar muito combalida, tanto potencial de um debate sobre desenvolvimento em *lato sensu* do ponto de vista econômico, social e cultural, enfim. Nós, deputados e deputadas, estamos obrigados a farejar os boatos de onde esse montante tão expressivo de recursos pode vir a ser aplicado pelo governo do Estado.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós temos demandas neste estado que seriam prioritárias, a meu ver, neste momento, em relação a investimentos, do ponto de vista da infraestrutura. Eu falo, por exemplo, aqui da proposta que já era proposta do PSOL, do PCB e da Unidade Popular de criação de um auxílio emergencial estadual. Nós já vínhamos fazendo essa defesa, mas o governador deu declaração pública de que tem a intenção de fazer, de fato, esse auxílio emergencial estadual, mas nós não temos também nenhuma referência de valores e muito menos a garantia de que isso vai ser, de fato, implementado.

Agora nós estamos às portas de ver um ano letivo começar, como observei anteriormente, sem qualquer garantia de acessibilidade. O governo tem chamado a categoria dos educadores e educadoras simplesmente para se endividar, tendo intermediado também com o Banco do Brasil para que os professores se endividem e, nesse sentido, se virem para garantir as condições materiais para estabelecer uma relação mínima, essa relação remota com os estudantes da rede estadual.

Nós precisaríamos, portanto, neste momento, estar priorizando a educação pública de qualidade. Então, me parece que um projeto com valores tão expressivos como esse precisaria, sim, para ter o mínimo de respeito à sociedade baiana, porque esta Casa é um Poder fiscalizador do Executivo e precisa prestar contas do seu papel fiscalizador também.

Então, como eu disse, a votação dessa forma, sem qualquer transparência do conteúdo dos investimentos que o governo vai fazer é, de fato, votar num sonho ou num pesadelo. É votar numa proposta etérea, que se relaciona...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) com R\$ 1,5 bilhão. Isso, para nós, é um absurdo. Todas as sinalizações que estão aí não deveriam ser prioridades. Nós deveríamos estar dando prioridade hoje à pandemia...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Só para concluir, Sr. Presidente, essa é a situação desesperadora do povo da Bahia, que precisa de um auxílio emergencial estadual, de uma educação, que pode estar iniciando uma debacle geral a partir do ano de 2021, e não dessas sinalizações que o governo tem dado.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço que já seja registrado o voto contrário do PSOL, do PCB e da Unidade Popular.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, olha, eu ouvi atentamente todas as falas. Acho que não é o mais sensato dizer que não há uma discussão democrática com relação a esse tema. Nós fizemos uma reunião com o secretário Manoel Vitório, que deu todas as explicações com relação à capacidade de endividamento do estado, relatando, inclusive, que ao final de 2021, mesmo com a aplicação desse empréstimo, em 2022, a situação estaria exatamente igual à de 2020, pela capacidade que o estado tem de honrar os seus compromissos.

Meus colegas, na realidade nós estamos vivendo um pesadelo, sim, mas não é o empréstimo. Nós estamos vivendo o pesadelo de uma situação crítica de uma pandemia em que a cada dia a gente tem que tirar dinheiro de um determinado local para fazer os investimentos. Disse o prefeito Bruno Reis, na semana passada, numa reunião com os deputados, que só Salvador teve que fazer um investimento acima de R\$ 800 milhões para conter essa pandemia. Imaginem o tamanho do investimento que o governo do estado vem fazendo para garantir esses investimentos no estado como um todo.

Na realidade, o que nós estamos passando, nós estamos retirando dinheiro que seria para investimento para tentar minimizar os impactos desta pandemia. E nós estamos buscando esse empréstimo junto ao Banco do Brasil para que possamos recuperar a capacidade de investimento do estado e com isso gerar capacidade de renda para uma população que depende dos investimentos do estado.

A maioria das obras privadas estão paralisadas no Brasil, e na Bahia não é diferente, mas é o Estado que é capaz de motivar e garantir investimentos para gerar renda a uma população que depende das obras do Estado – são pedreiros, são serventes, são trabalhadores da área de armação –, para que se possa, de fato, criar oportunidades para a sociedade. Nós estamos falando disso. Esse empréstimo, as pessoas sabem, sim, onde será investido, o que parece é que nós esquecemos.

Ou seja, quando o secretário Manoel Vitório informou os locais de infraestrutura, disse claramente que desse dinheiro poderiam sair R\$ 250 milhões para o fundo garantidor, porque o dinheiro de investimento existe, existia para colocar nisso. Mas se nós estamos botando esse dinheiro do investimento na saúde - o dinheiro que era para investimento -, então é natural e é permissível, sim, que do empréstimo para a área de infraestrutura se possa utilizar R\$ 250 milhões para a infraestrutura da ponte. Isso é natural.

Outra coisa, para encerrar, para não ser injusto com ninguém, olhem bem, nós, na última reunião com o secretário Manoel Vitório, eu propus que nós fizéssemos, na segunda-feira pela manhã (hoje pela manhã), uma reunião com o secretário Marcus Cavalcanti. Com isso, nós evitaríamos – e foi essa a minha proposta – evitaríamos votar a urgência, faríamos essa reunião com o estilo de comissão, apresentariamos isso e

levaríamos para o Plenário apenas com o compromisso de não pedir vista na reunião da comissão porque os debates nós fizemos.

E na semana passada, houve uma reunião da Comissão de Finanças e Orçamento e também da CCJ aberta para todos os deputados, uma espécie de reunião, mas com a capacidade de abrir para que as pessoas pudessem tirar todas as suas dúvidas. Então não há por que dizer que houve açodamento. Nós estamos fazendo esse debate com a maior lisura e abertura possível.

Por isso, eu queria pedir aos deputados que encaminhassem favoravelmente a urgência. E nós teremos tempo ainda. Se a Oposição quiser ou qualquer deputado da Base do Governo tiver interesse em fazer uma reunião com o secretário de Infraestrutura para tirar dúvidas, nós ainda temos tempo para fazer isso, porque nós temos o dia todo de amanhã. Essa não é a motivação para não votarmos. Por isso que eu queria encaminhar a cada um dos colegas que votassem pela aprovação da urgência, o que não impede que amanhã a gente continue debatendo o projeto e continue no dia da votação também, para que a gente possa tirar todas as dúvidas e votar a importância dele para salvar vidas e gerar riqueza à população baiana.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Só aqui um esclarecimento, o líder Rosenberg sabe do respeito que eu nutro por ele como parlamentar e como pessoa, mas eu queria

Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Eu gostaria que V. Ex.^a pudesse prestar atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Quando o deputado líder do Governo, o deputado Rosenberg, fala que a Oposição se furtou a fazer a reunião com Marcus Cavalcanti, eu quero aqui deixar... eu quero aqui, Sr. Presidente, só para esclarecer a V. Ex.^a, dizer que eu sou uma pessoa que não abro mão de falar a verdade. Nós só podemos fazer compromissos ou acordos, seja ele de qualquer tipo que for, aqueles que nós podemos cumprir, Sr. Presidente. E o deputado Rosenberg, ele realmente conversou comigo, conversou com o deputado Alan, com o deputado Tiago, com o deputado Luciano Simões Filho, se não me engano, sobre essa possibilidade, a de que essa reunião poderia acontecer se a Oposição sinalizasse que não pediria vista.

Eu não poderia, Sr. Presidente, falar por todos os membros de minha bancada, eu não iria dizer para o deputado... até para não usar da má-fé de fazer a reunião com Marcus Cavalcanti e, quando tivesse a sessão, um deputado da bancada pedisse vista. Eu ficaria com que cara com o nobre deputado Rosenberg Pinto? Até porque o maior patrimônio em minha vida, Sr. Presidente, é minha conduta moral. Eu acho que em todos esses anos de parlamento nesta Casa, o que eu conquistei, graças a Deus, é a amizade e o respeito dos meus pares, porque sabem que não me furto à verdade e falo o que eu penso.

Eu não poderia fazer um compromisso e não o honrar, porque estaria sendo desonesto comigo, desonesto com minha bancada e desonesto com o líder do Governo, assim como acho também que o secretário vir ao Parlamento para conversar com os parlamentares sobre a forma que esse recurso de R\$ 1,5 bilhão será gasto, eu também, da mesma forma, Sr. Presidente - falando aqui com a pureza da minha alma e com a pureza do amor que tenho aos meus filhos -, eu não acho também uma coisa muito legal ser uma moeda de troca, o secretário vir e a Oposição não pedir vista. Até porque acho que esse dinheiro não é meu, não é de V. Ex.^a nem dos outros 61 parlamentares que estão nesta Casa.

Daqui a 2 anos, pode ser Wagner o governador, o que é uma continuidade do que está aí, mas daqui a 2 anos pode ser o governador que é o meu governador e com certeza será o governador dos baianos, o prefeito ACM Neto. E sendo um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão, seria, no mínimo, Sr. Presidente, um ato irresponsável da Bancada da Oposição votar um requerimento de urgência sem nós sabermos qual é o projeto. Nós não estamos aqui... quero frisar muito bem e dizer o que todos os meus líderes falaram a partidários, nós em nenhum momento entramos no mérito do projeto, até porque, Sr. Presidente, nem nós, nem V. Ex.^a, nem ninguém nesta Casa pode entrar, porque não conhecemos o projeto.

Nós entramos no formato de ser votado. E eu acho que esta Casa merece o respeito de ter, pelo menos, fundamentos para os 63 parlamentares saberem por que está votando “sim” e está votando “não”, não o discurso vazio de ser Governo e Oposição na votação do projeto, e ser Governo por ser governo e Oposição por ser oposição. São R\$ 1,5 bilhão que, com certeza, influenciarão diretamente o futuro do nosso estado.

Sr. Presidente, para não ser longo e não ultrapassar a boa vontade de V. Ex.^a, eu quero reafirmar, mais uma vez, o nosso pedido de votação nominal de quorum para que o Parlamento realmente não dê, mais uma vez, essa demonstração de fraqueza à sociedade baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e a minha questão de ordem foi apenas explicativa, para não parecer que a Oposição foi intransigente por não fazer um diálogo com o secretário Marcus Cavalcanti. Mas nos foi imposto, Marcus veio e sinalizou que não terá vista, e eu acho que não é assim que a boa política tem de ser feita.

Então, Sr. Presidente, essas são as nossas palavras, e me desculpe se eu passei do tempo que eu deveria ter usado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.

Colocar em votação o Requerimento de Urgência nº 9.717...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente! Para ser justo, na realidade conversamos muito, eu e o deputado Sandro Régis, e é verdade, eu coloquei, quando eu pedi que não tivesse vista ao projeto na comissão, que esse projeto poderia ter ido na semana passada. Então, eu pedi, falei com o deputado Sandro Régis que não colocaria a urgência na semana passada e faríamos uma reunião com o secretário Manoel Vitória, o que aconteceu. Então, como já tinha uma semana, chegaríamos na segunda, eu, então, disse para ele: “Olha, a gente faz, mas eu queria te pedir, como uma

forma de garantir o tempo regimental, que não houvesse pedido de vista na comissão.” Poderia, sim, no Plenário, traria para o Plenário, e ele pediria vista. E ele disse: “Olha, Rosenberg, eu posso ter dificuldade, então fique à vontade para que você leve a urgência”, porque, de repente, ele já explicou aí.

Então, na realidade, não houve descortesia de nenhuma das partes, eu estou usando o Regimento, como o Sr. Deputado Sandro Régis também usa, no sentido de garantir a votação no prazo que o Regimento garante, até porque na semana passada nós não utilizamos nenhum momento para debate do tema. Só para deixar esclarecido isso, para não parecer... Aí eu concordo com o deputado Sandro, ele não tinha condição, e ele me disse, então eu preferia que não colocasse.

Então, vamos tocar, eu quero pedir, reforçar à nossa bancada para que vote a urgência, o que independe de amanhã, e depois continuaremos debatendo o projeto e tirando dúvidas, caso elas venham a permanecer.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, vamos colocar em votação o Requerimento de Urgência nº 9.717/2021. Antes atenderei ao pedido do líder Sandro Régis, verificação de quorum de votação.

Srs. Deputados, teremos de abrir o microfone de cada deputado, então cada deputado já vai dar presença e o seu posicionamento em relação ao requerimento de urgência.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, só como sugestão: como eu pedi a verificação de quorum, V. Ex.^a pode marcar a minha presença, mas pode pular os deputados da Oposição porque nenhum deles dará quorum, para adiantar o trabalho de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Se algum quiser desobedecer ao líder, pode falar.

O Sr. Sandro Régis: Não, lá não tem obediência nem desobediência, lá é tudo consensual, é tudo discutido. V. Ex.^a está enganado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): *À la* Putin, da Rússia, democrático!

Como vota o deputado Aderbal Fulco Caldas?

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Aderbal! Tem de abrir o microfone, deputado Aderbal.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: É votação já ou verificação de quorum?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Já é verificação e votação.

Deputado Aderbal.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Voto “sim”, Sr. Presidente. Estou presente e voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan Castro.

Deputado Alan, está fechado, deputado Alan!

Srs. Deputados, cada um tem de abrir o seu microfone.

Deputado Alan.

O Sr. Alan Castro: Está ouvindo agora, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estou ouvindo, deputado Alan.

O Sr. Alan Castro: Presente e voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Deputado Alex da Piatã.

Deputado Alex da Piatã!

Eu vou pular o deputado Alex e quando ele conseguir entrar, a gente retorna.

O.k.?

Deputado Alex Lima.

Deputado Alex Lima!

Todos os deputados têm de abrir individualmente os seus microfones.

Deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida: Presente. Voto “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro, para adiantar, eu vou retornar depois. O.k.?

O Sr. Sandro Régis: O.k., Presidente. Sem problema, presidente, sem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Antonio Henrique Jr.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Bobô.

O Sr. Bobô: Presidente, voto “sim”.

O Sr. Alex Lima: Deputado Alex Lima vota “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Deputado Carlos Ubaldino.

Deputado Dal.

Deputado Diego Coronel.

O Sr. Diego Coronel: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Eduardo Alencar.

Deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a vota “sim”.

O Sr. Alan Sanches: Não, senhor, voto contra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a está presente?

O Sr. Alan Sanches: Estou ausente.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Presente. “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Fabrício Falcão.

Fabrício Falcão!

Fátima Nunes.

O Sr. Fabrício Falcão: Fabrício presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fátima Nunes.

Deputada Ivana Bastos.

A Sr.^a Ivana Bastos: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”. Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Jurandy Oliveira.

O Sr. Jurandy Oliveira: Voto pela aprovação, Sr. Presidente. Estou presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Jurandy sempre presente.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem fala?

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não!

O Sr. Hilton Coelho: Peço que registre... Estou presente e peço que registre o meu voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, vou registrar, deputado Hilton.

Deputada Jusmari Oliveira.

Deputada Jusmari estava aqui há pouco.

A Sr.^a Jusmari Oliveira: Estou aqui presente e voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Marcelino Galo.

Marcelino Galo!

O Sr. Marcelino Galo Lula: Presente. Voto “sim”.

A Sr.^a Jusmari Oliveira: Ouviu meu “sim”, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ouvi, Jusmari, deputada Jusmari, já marquei.

Deputado Marcelo Veiga.

O Sr. Marcelinho Veiga: Presente, Sr. Presidente, e voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Gostaria de dizer, mais uma vez: deputado Alex da Piatã, deputado Carlos Ubaldino, Eduardo Alencar e Fátima Nunes, se estiverem, tentem marcar a presença e votar.

Maria del Carmen.

Deputada Maria del Carmen!

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Presente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquinho Viana.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Marcou minha presença, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquei.

O Sr. Marquinho Viana: Presente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Marquinho.

Mirela Macedo.

A Sr.^a Mirela Macedo: Presente e voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Mirela vota “sim”.

Deputado Nelson Leal.

O Sr. Nelson Leal: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Hoje é seu aniversário.

O Sr. Nelson Leal: Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a não convidou ninguém para a festa?

O Sr. Nelson Leal: É por causa da pandemia, Sr. Presidente. Assim que terminar, todos estão convidados.

Aproveitar para agradecer às felicitações que me foram dirigidas. Muito obrigado por tudo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a já guarda essa festa para, no próximo ano, fazer em dobro.

O Sr. Nelson Leal: Olha! Com muita alegria, viu? Com muita alegria.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ainda mais depois de ter saído dessa triste doença, como a minha amiga Fabíola e outros.

O Sr. Nelson Leal: Comemorando duplamente, comemorando o aniversário e essa dádiva que Deus me deu. Já são, hoje, quase 280 mil mortes no Brasil e eu passei por essa experiência difícilíssima, não é? Mas, graças a Deus, estou bem, recuperado, já volto à ativa amanhã.

Agradecer a todos que me ligaram aí, ficaram preocupados, e compartilhar esse momento de muita alegria com todos vocês.

O Sr. Angelo Almeida: Deputado Nelson, parabéns! E se a festa for na SDE, me convide no ano que vem. Angelo Almeida. Se for na SDE, você me convida. Um abraço.

O Sr. Nelson Leal: Obrigado, amigo Angelo.

O Sr. Angelo Almeida: Tudo de bom, Nelson.

O Sr. Nelson Leal: E outra coisa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Nelson Leal: (...) presidente Adolfo, e terminando, vamos torcer para que a vacina chegue para a nossa população. Só tem um jeito agora, é nós trabalharmos incansavelmente para vacinarmos o nosso povo, porque a gente não aguenta mais sofrer, não.

Estou presente e voto “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Tudo de bom, Nelson.

O Sr. Nelson Leal: Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: Presente, Sr. Presidente. Meu voto é “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Niltinho.

O Sr. Niltinho: Presente, Sr. Presidente. Meu voto é “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Presente. Voto “sim”, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Osni Cardoso.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Pastor Isidório Filho.

O Sr. Pastor Isidório Filho: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo Rangel Lula da Silva.

Paulo Rangel estava aqui nesse instante, na tela. Está fechado seu microfone, Paulo.

Deputado Roberto Carlos.

Deputado Robinho.

Deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Presente. Voto “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presidente, Paulo Rangel vota “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Paulo Rangel presente, e vota “sim”.

Robinson Almeida vota “sim”. Presente.

Deputado Rogério Andrade Filho.

Deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Presente, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg.

Rosemberg presente, “sim”? Está fechado, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Voto “sim”, presidente

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Zó.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Presidente, deputada Maria del Carmen. Marque minha presença, por favor. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada. Já registrei, deputada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Zó.

O Sr. Zó: Presente, Sr. Presidente, voto “sim”.

Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou chamar mais uma vez. Deputado Adolfo, presente.

Deputado Carlos Ubaldino se encontra?

Deputado Dal se encontra?

Deputado Eduardo Alencar.

Deputada Fátima Nunes não se encontra?

Deputado Roberto Carlos.

Deputado Roberto Carlos!

Deputado Robinho.

Srs. Deputados, eu vou encerrar...

O Sr. Vitor Bonfim: Vitor Bonfim, presente, Sr. Presidente. “Sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vitor Bonfim. Desculpa, Vitor.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Presente. Deputada Fátima Nunes, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fátima Nunes, presente.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, olhe o tempo regimental.

O Sr. Angelo Almeida: Como vota a deputada Fátima Nunes?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Presente. “Sim”. Já falou.

O Sr. Alex da Piatã: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem falou aí agora?

O Sr. Alex da Piatã: Deputado Alex da Piatã, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alex, para deputado federal não precisa mais de 200 mil votos, não. Da próxima vez apareça mais. Ouviu, deputado?

O Sr. Alex da Piatã: Presente. O assunto é outro, presidente. Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A não ser que V. Ex.^a seja candidato a senador. Pois não.

O deputado Eduardo Alencar entrou aí?

Abra o microfone, deputado Eduardo Alencar.

O Sr. Alex da Piatã: O assunto é outro, presidente. Isso não está na pauta, não, presidente.

O Sr. Eduardo Alencar: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eduardo Alencar, presente.

Vou encerrar a verificação, O.k.?

Encerrada a verificação.

Já temos número suficiente: 37 deputados presentes, líder Sandro Régis.

Como já deram a presença e já votaram, aprovado o Requerimento de Urgência nº 9.717/2021, de procedência do Poder Executivo, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, com a garantia da União.

O Sr. Sandro Régis: Com os votos contra da Oposição, Sr. Presidente. Por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpe, deputado Sandro, pelo lapso.

Com os votos contrários dos deputados Alan Sanches, Capitão Alden, Carlos Geilson, Josafá Marinho, José de Arimateia, Jurailton, Kátia Oliveira, Luciano Simões, Paulo Câmara, Pedro Tavares...

O Sr. Sandro Régis: Prisco, Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou chegar lá.

Soldado Prisco, Tiago Correia, deputado Sandro Régis e deputado Hilton Coelho, por último.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Alden deu presença.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu já botei como voto contrário. Não é isso, deputado Sandro?

O Sr. Sandro Régis: É. Voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Que Deus proteja a todos nós. Um bom resto de dia.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.